

# PODER E MÍDIA: A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRINTA DÉCADAS

*Leopoldo Volanin<sup>1</sup>*

## RESUMO

Os movimentos sociais no Brasil sempre foram alvos da chamada “grande mídia brasileira”. Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade, que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país. O presente artigo visa fazer uma análise, sob uma ótica crítica, da cobertura midiática das ações dos movimentos sociais, principalmente nas últimas trinta décadas, em que sempre são considerados como desordeiros pela mídia. Também mostrar que órgãos alternativos são os meios de propagação dos verdadeiros objetivos das organizações populares.

Palavras-chaves: mídia, criminalização, movimentos sociais, Brasil

## ABSTRACT

The social movements in Brazil have always been the target of the so called “great Brazilian media”. The mass media, in the dominant classes’ domain, by using its power of ideological oppression of society, passes on that social organizations are movements that disaggregate the social, political and economical system of the country. The present article aims at analyzing, under a critical scope, the media cover on the actions of social movements that have always been regarded as turbulent by the media, mainly in the last thirty decades. It also aims at showing that the alternative agencies are the means of propagation of the real objectives of the popular organizations.

**Key-words:** media, criminalization, social movements, Brazil

---

<sup>1</sup> Leopoldo Volanin, Professor de História da Rede Pública do Estado do Paraná

## INTRODUÇÃO

A criminalização dos movimentos sociais na mídia é histórica. A manchete estampada na Folha da Manhã de 26 de novembro de 1935 referindo-se a Intentona Comunista “*Pernambuco e Rio Grande do Norte agitados por um movimento subversivo de caráter extremista*” já indicava um processo de lutas sociais e conflitos políticos e ideológicos entre organizações de grupos sociais oprimidos e os sistemas dominantes, detentores dos meios de comunicação. A Revista Veja de 26 de junho de 1985 traz em uma de suas manchetes “*Férias ameaçadas – a supergreve nas escolas altera calendário*”, apresentando negativamente a greve de professores para a população, omitindo, no entanto, dados fundamentais que os levaram a greve, como a desvalorização salarial do professor, o desgaste humano devido a quantidade de atividades que o professor se vê na contingência de realizar e afetivo, entre outros. Notícias, transmitidas em um período correspondente a cinquenta anos de diferença entre uma e outra, mostra o mesmo objetivo dos de muitos órgãos de comunicação: criminalizar os movimentos sociais ou manifestações populares que vão aquém dos interesses de grupos que detêm a concentração do poder e dos veículos de comunicação.

Trata-se, portanto, do objetivo deste artigo compreender o conflito entre a ação dos movimentos sociais e a interpretação dada pela sociedade a partir das informações transmitidas pela mídia, mais precisamente, como o receptor midiático assimila o conteúdo repassado por intermédio dos meios de comunicação, que possui uma postura ideológica e política em relação à estrutura e a organização da sociedade, mais especificamente sobre os movimentos sociais. Para responder a esta questão, torna-se necessário discutir e compreender os conceitos de mídia, seu raio de influências e a ideologia oculta “*imposta*” para, posteriormente, entender sua relação com as organizações sociais, as intenções e os interesses almejados por aqueles que detêm os meios midiáticos sob seu poder.

Como ponto de partida, é necessário discutir os conceitos fundamentais de ideologia e poder ideológico do sistema capitalista e do Estado, os quais, através deste mecanismo alavancam todo o processo do uso de meios, entre

os quais a mídia, para combater toda e qualquer oposição que seja obstáculo para o funcionamento do sistema capitalista e da hegemonia da classe dominante. Consequentemente procurar uma definição de mídia e sua função como um veículo de transmissão do serviço ideológico do poder econômico e político sobre a sociedade brasileira. A partir daí, buscar abordagens e orientações teóricas que permitem caracteriza-los e compreende-los sua dinâmica e sua relação do poder midiático com os movimentos sociais e a importância de ambos para a vida social, principalmente a partir da década de 80 no Brasil, despertando a capacidade de questionar e refletir sobre a veracidade do que se vê, do que se ouve e se fala, ou seja, exercer a crítica daquilo que é transmitido. E finalmente reconhecer nos meios de comunicação alternativos como formas de divulgação, propagação da importância das organizações populares para a transformação e superação das injustiças e desigualdades sociais.

### **A IDEOLOGIA COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DO PODER DA CLASSE DOMINANTE**

A palavra *ideologia* pode ser compreendida nos seus vários sentidos e abordagens. Porém aqui se torna necessário abordar, num sentido mais restrito, aquele tipo de ideologia que levará a uma relação conseqüente referente o assunto tratado que é a ideologia dominante transmitida através da mídia sobre os movimentos e organizações populares no Brasil nas últimas três décadas.

Aqui a ideologia deverá ser entendida como aquela que se dá a partir do monopólio da classe dominante sobre os meios de produção intelectuais que influencia nas formas de consciência social, suas práticas e representações, tanto individuais como sociais.

Este conceito mais específico de ideologia é elaborado por diferenciados autores, mas é, sobretudo Marx (MARX, 1984), que enriqueceu o conceito sobre o assunto e sua aplicação. Numa concepção geral de Marx, a ideologia adquire um *sentido negativo*, como instrumento de dominação. Marx e Engels definem como ideológica toda tentativa de explicar qualquer relação social a partir das formas cristalizadas de consciência social, considerando que proceder desta

forma implica em inverter uma determinada ação real. A ideologia sobrepõe-se às consciências individuais. Assim sendo, cada ser social interpreta a organização social e o seu papel nesta, não a partir de sua consciência pura, mas o faz mediado pelas próprias relações que contrai e, portanto, aprisionado e moldado pelas formas de consciência social e coletiva. Marx ao tratar, a questão da conscientização individual sobre o social destaca que *não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência*. Assim sendo, o conteúdo das formas ideológicas é a expressão ideal das relações materiais dominantes, sendo o seu conteúdo dado pela classe dominante que detém os meios de produção material, detém também os meios de produção intelectual e normalmente o poder político.

Gramsci dá o conceito de ideologia como “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as suas manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1986).

Quando tratada a ideologia em relação aos movimentos sociais, o discurso da criminalização é, em verdade, uma ideologia cuja transmissão se dá por aquilo que Gramsci denominou de *consenso*. Ou seja, o convencimento da ideologia, aqui através da mídia, levando-a a ser incorporada pela própria sociedade, em que tanto as ações da criminalização têm impacto no cotidiano do movimento e nas pessoas dele pertencentes.

Gramsci, Althusser entre outros, inspirados em Marx, contribuíram para explicar que a ideologia não é apenas um conjunto de idéias, mas também de práticas, presentes em todas as partes da estrutura social ou para garantir a exploração social e a manutenção do domínio social. Althusser defende que, especificamente, isto se dá através da atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado. (AIEs), entre os quais arrola a imprensa (Althusser, 1983)

*Dado que, em princípio, a ‘classe dominante’ detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos*

*Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através das suas próprias contradições.* (ALTHUSSER apud ZIZEK; 1999: 114, 115 e 116)

Ele faz uma correlação entre o público e o privado, em que o Aparelho Repressivo do Estado pertence ao poder público, mas os Aparelhos Ideológicos do Estado, destacando os empreendimentos culturais como os jornais, revistas e atualmente os meios televisivos, radiofônicos e digitais pertencem aos domínios particulares. Com isso a mídia, por mais que esteja a serviço privado, transmite a ideologia do poder estatal, haja visto que este está sempre sob a influência ou influenciada pela classe dominante e detentora dos meios de comunicação mais influentes e conseqüentemente alienadores.

A professora Marilena Chauí define ideologia como

“conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”. (CHAUÍ, 1980, p.23)

Marilena Chauí, ao retratar a ideologia, consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano ideal (das idéias). Isto significa que:

Embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias idéias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias da classe dominante. (CHAUÍ, 1980 p.36)

Com isso, ao explicar o termo, Chauí, coloca a ideologia como um meio de dar aos membros de uma sociedade dividida em classes numa explicação racional para as diferenças sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. Para tanto, os conflitos sociais são camuflados, justificando as diferenças existentes, decorrente da ordem natural das coisas. São considerados naturais os fatos em que na verdade são frutos das ações humanas, por exemplo, dizer que a divisão em classes faz parte da natureza.

Outra função da ideologia, segundo Chauí, é de que os valores da classe dominante são estendidos à classe dominada. Com isso a ideologia se manifesta na escola, através dos textos didáticos, na propaganda comercial e na propaganda ideologia, através da mídia, hoje acessível, de uma forma ou outra a todos os cidadãos brasileiros, entre as quais, incriminam as organizações e movimentos sociais não-interessantes aos detentores dos grandes meios de comunicação e propagadores da ideologia dominante. Com isso a ideologia tem a função de manter a dominação de uma classe sobre a outra.

### **MÍDIA: O MEIO MAIS EFICAZ DE PROPAGAÇÃO IDEOLÓGICA**

A preocupação com o desenvolvimento dos meios de comunicação, ainda que universal, tem sua origem na Escola de Frankfurt, principalmente através de Horkheimer e Adorno, a partir da década de 40, quando foi a pioneira a orientar e relacionar teoricamente a questão econômica e política com a questão cultural, denominando então, de “indústria cultural”. Este movimento foi o primeiro referencial teórico a questionar sobre o processo de industrialização da cultura. Segundo este pensamento, a mídia passa a ser um veículo de transmissão de uma ideologia das elites. A cultura, conforme é analisada pelos frankfurtianos, passa a ser transformada em mercadoria, sendo assim, os meios de comunicação a serviço da ideologia do grupo econômico mais forte, que exerce a dominação, produzindo através do trabalho a alienação do indivíduo e tem por objetivo a manutenção das classes sociais. Apesar da proveniência dos conceitos serem anteriores, que é quando já se podia perceber o que iria se tornar, somente a partir dos anos 60, é que a mídia

passa a ser considerada, enquanto indústria cultural – no sentido próprio que lhe deram Adorno e Horkheimer (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) e atualmente Habermas como meio de produção da cultura transformando-se em mercadoria, passando a convergir nos rumos de uma economia em seu processo de inserção dentro do capitalismo oligopolizado. Para os preponentes deste pensamento, a cultura, aqui mais diretamente relacionada aos meios de comunicação de massa, é produzida de forma padronizada, justamente como meio de alienação, dominação e manutenção das classes sociais.

De modo particular, às frentes teórico-metodológicas abertas com os Estudos Culturais Ingleses, na década de 60, em sentido, até contrapondo-se a Escola de Frankfurt, interpretam que as formas culturais, não são apenas processos de comunicação como expressão da ideologia econômica, mas são ferramentas de resistência, em que o receptor transforma a informação recebida pelos meios de comunicação e produz novos sentidos. Não são os meios de comunicação que determinam e manipulam a realidade, mas sim, aquele que recebe a informação ditada pela mídia. Hoggart, Williams e Thompsom, preocupados em como se constitui a classe trabalhadora, buscam redefinir a noção tradicional de cultura, de modo que consideram a cultura midiática aquela que passa a conceber a cultura de forma mais abrangente.

Diante deste contexto é que os pensadores desta escola promovem suas críticas aos meios de comunicação de massa cuja expansão lhes é contemporânea. Para eles, a mídia não é apenas uma instância dominadora, mas um produto cultural que se alimenta de outras culturas, a partir de uma relação de interdependência. Sendo assim, os produtos midiáticos informam, atendem a

uma demanda social, provêm cultura e lazer, refletem e colocam em discussão os diferentes. Então, a partir daí, esta linha de pensamento passou a entender que aquele que passa a receber a informação, deixa de ser um ser passivo e passa a ser um ser ativo, buscando uma posição de espectador fora da passividade e da dominação, resgatando-o como produtor de sentidos, como sujeito capaz de resistir e de contestar o conteúdo explicitado em toda e qualquer forma de orientação midiática.

Embora tenha havido um avanço, é importante que as questões levantadas pela Escola de Frankfurt não sejam deixadas de lado, em sua

totalidade. Deve se buscar o equilíbrio entre o ideológico e o resistente; pois não é apenas o receptor quem produz significados, os meios de comunicação também o fazem. A mídia é um reflexo do processo hegemônico (Williams, 1979): ao mesmo tempo em que ela incorpora e se adapta às diferentes culturas, em um processo contínuo de negociação; ela intera os valores, significados e crenças da classe dominante. Esta ideologia dominante não existe sozinha.

Ao buscar o entendimento sobre a influência na mídia e sua relação com a ideologia de uma classe dominante, fundamentado nos princípios da Escola de Frankfurt e nos Estudos Culturais Ingleses, ao mesmo tempo em que alienadamente discorre as diferentes culturas, ela intera os diversificados interesses e objetivos da classe dominante através de um processo de oposição e pressão. O sentido da mídia encontra-se na fonte de criação de sentido presente, nas interações sociais e de seus movimentos de busca por identidade. Mas ter o domínio dos meios de comunicação de massa torna-se a mais efetiva fórmula de impor a sociedade seus valores, crenças e determinações. Esta imposição não se dá de forma direta, mas está embutido “naquilo que o receptor assimila e filtra a mensagem midiática, a partir de seu repertório cultural, buscando sentidos convergentes com as suas experiências de vida” (BARBERO, 2003).

Este elo da classe dominante em retransmitir sua “verdade” ideológica fica a cargo atualmente da grande mídia, fazendo que hoje vivamos uma “encruzilhada” mediante os desafios de uma cultura midiática, pois a comunicação se apresenta progressivamente como elemento articulador da sociedade. Adorno caracteriza os meios de comunicação de massa como meios que invadem o espaço privado do indivíduo diminuindo a distância entre o produto e o telespectador, confundindo aquilo que é passado com a realidade que se apresenta.

ARANHA (1993) denomina tal fato de *propaganda ideológica*, em que as informações aparecem como se a realidade fosse assim mesmo e houvesse absoluta neutralidade na sua apresentação. O que muitas vezes não percebemos é que existe uma seleção prévia dos aspectos da realidade e que são apresentados a partir de um ponto de vista que serve a determinados interesses. A mídia insiste em ocultar deliberadamente aqueles aspectos da

realidade que podem permitir ao cidadão apreender a totalidade dos fatos de forma a poder emitir um juízo livre, pessoal, completo e não dirigido em relação aos fatos em questão, neste estudo, especificamente os movimentos sociais.

Ao definir a propaganda ideológica contra os movimentos sociais, analisa-se que as mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural.

A mídia induz ao seu receptor ao analisar conjuntamente a sociedade, não somente a seleção dos acontecimentos e atores a serem analisados, como atribuirá a estes acontecimentos um sentido afinado com os interesses das classes dominantes, com sentido atribuído, não a um puro fato, mas um fato lido e visto por interesses específicos.

Atualmente a chamada “grande mídia” continua operando de forma camuflada, mas sob outro foco: não apenas de reproduzir a ideologia política do Estado, mas sob domínio da propaganda e defensiva da ideologia dominante e subordinada a lógica do mercado.

Na História da sociedade brasileira, a chamada grande mídia brasileira sempre tem servido aos interesses políticos e econômicos, Estes interesses vêm embasados em uma linhagem tradicional temporal e espacial. A imprensa, não muito distante, já servia como aparelho ideológico do Estado. Os períodos ditatoriais do Brasil tiveram sua sustentação e sua divulgação pelos meios de comunicação de massa. A própria expansão do rádio coincidiu com a busca de uma identidade nacional e a centralização política do país. Ninguém tem dúvida sobre seu papel infame na ditadura militar, seus ataques sistemáticos aos movimentos sociais, suas funções ideológicas e mantenedoras da ordem burguesa na sociedade brasileira, legitimando a exploração, a miséria, a desigualdade social, oriunda da sociedade de classes.

Ao traçar um paralelo temporal dos principais veículos de comunicação de nosso país (redes de televisão, portais, jornais e revistas de grande circulação nacional), sempre tiveram uma relação de destaque com as elites privadas e os interesses do capital financeiro, incluindo neste aspecto a sua relação com o grande esforço de manter o Estado sob seu domínio. O mercado, o Estado e a sociedade civil, que Habermas conceitua como modelo tripartite, são três

núcleos institucionais distintos e, ainda que se relacionem e sejam interdependentes, têm interesses específicos. No entrelaçamento entre estes núcleos, vislumbra a mídia, como um meio ideológico e articulador. Não deixa de ser uma poderosa arma manipulada por poderosos agentes do capital, do estado e do mercado. Todo e qualquer “estorvo” que venha em percurso desordenar tal processo, a mídia tem a função desarticuladora e ideológica frente à sociedade. Qualquer manifestação social, desde que não represente uma ameaça que desencadeie a forma de sociedade modelada pela elite social, a mídia faz por tornar-se fato de interesse social.

A concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos, ainda que nacionais, é a marca da história da mídia no Brasil. Assim, influência da mídia na vida das pessoas e nos rumos da sociedade é inegável, já que elas não são neutras, mas carregadas de intencionalidade. A mídia tem como função ideológica em relatar a realidade imediata, mas, devido a interesses do mercado ou interesses políticos em que os proprietários desta mídia estão inseridos, os fatos, principalmente em relação às iniciativas, aos movimentos sociais são recriados, fazendo com que a sociedade os identifique como falsos sujeitos sociais.

Uma mídia que não discute, apenas informa, implicitamente entrega-se a segregação social, a violência moral e a falta de dignidade. Fica explícita a total influência que os meios de comunicação exercem sobre os comportamentos e decisões da sociedade. Passar a questionar tudo e qualquer fato por ela abordado, buscando, portanto, obter informações e conclusões mais coerentes sobre o assunto proposto, deve alertar e prevenir seus expectadores quanto a leitura e interpretação midiática. Programações ou matérias mais institucionais do que informativos e conscientizadores. Criam-se falsas representações da realidade identificando-se com o discurso burguês, retratando a história, sem questioná-la. Esta mídia que articula e defende os interesses das elites é a mesma que criminaliza os movimentos sociais, as Ong's e as entidades da sociedade civil que historicamente lutam pela democracia e pela melhoria de vida dos cidadãos brasileiros, principalmente os mais excluídos.

Para tanto, a mídia massificadora cria uma relação desigual na sociedade. Desigualdade notória entre os que produzem conteúdo de comunicação e aqueles que apenas recebem. A mídia impõe padrões de uns sobre os outros e

trata as pessoas como meros consumidores e não como cidadãos plenos de direitos.

## **A MÍDIA: UM MEIO DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ÚTIMAS TRINTA DÉCADAS NO BRASIL**

A expressão “movimentos sociais” tem um sentido muito abrangente. Podemos conhecê-los nas mais diversas abordagens, mas de maneira geral, aglutinam setores afins da população, com o objetivo de reivindicar e defender os interesses comuns.

Segundo LAKATOS (1985) “os movimentos sociais derivam das insatisfações e das contradições existentes na ordem estabelecida, originam-se em uma parcela da sociedade global e apresentam certo grau de organização e de continuidade”.

THOMPSON (1984) conceitua movimento social como “mobilização e organização das pessoas, ao redor de uma ação coletiva – elementos essenciais da cultura e do modo de vida das pessoas/ patrimônio cultural/ organização social”. Daí os mesmos serem considerados fenômenos essenciais aos processos de mudança das instituições da sociedade. Tem suas origens no conflito social ou mesmo nos desequilíbrios sociais.

Com essa intenção é que ALVAREZ (2000), ao dar um novo conceito cultural nas pesquisas sobre movimentos sociais, observa que “os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esses entrelaçamentos, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorrem na prática”. A ênfase na luta implica considerar que a força da resistência está no encontro entre exploradores e dominados por uma libertação do reprimido pelo domínio do capital.

Enquanto processo de constituição de uma sociedade democrática, a participação popular por meio de suas manifestações é um fato legítimo e inquestionável. Não há como pensar a sociedade sem manifestações, mas a imprensa privilegia determinados segmentos sociais em detrimento aos movimentos populares e de suas lutas e reivindicações. O descaso com o qual

a imprensa, diga-se aqui a grande mídia, vem tratando esses eventos revela uma visão ideológica que desmerece a participação popular.

Dentre os vários tipos de movimentos, o que encontra dificuldades na sua ação e relação com a ideologia midiática do sistema político e econômico dominante são os movimentos revolucionários, ou seja, aqueles que lutam por mudanças mais rápidas e drásticas dentro da sociedade, pois procuram alterar a totalidade do sistema social existente. Eles esbarram em interesses de classes antagônicas, muitas vezes até camufladas em governos autoritários, que abafam os desejos de reformas. A mídia se torna um veículo de propaganda ideológica junto à opinião pública.

Com isto comprova-se que os movimentos sociais não são invenções das classes populares, dos capitalistas ou mesmo de intelectuais, eles nascem da insatisfação por parte de determinada classe ou grupo social. Significa uma rebeldia coletiva, um protesto diante do confronto ideológico entre um e outro segmento social. Tomam medidas de mudança tomadas pelas sociedades em conjuntos concordantes que podem causar revoluções na realidade dos indivíduos.

HOBSBAWN (1995) ao tratar sobre as relações sociais, relata que, “enquanto existem classes dominantes que defendem o consenso hegemônico, outras resistem e interpretam a sociedade como construída por sujeitos históricos inseridos em grupos sociais distintos.”

Sob este aspecto, a organização da sociedade civil, as manifestações populares e os movimentos sociais, principalmente aqueles que assumem uma posição mais emancipatória, que lutam pela transformação social, pelo fim da exclusão e das injustiças sociais, confrontam-se com a lógica capitalista e a difusão do projeto neoliberal. Aí a significativa parcela de participação da organização midiática como principal arma de luta ideológica que são os meios de comunicação, para impedir que os movimentos sociais avancem.

E de se lembrar também que os movimentos sociais existem desde os tempos remotos e estão presentes em todas as sociedades, vinculados a um determinado contexto histórico, organizados e unidos por aspirações concretas orientadas para uma mudança da sociedade.

Os movimentos sociais de cunho *popular* estão muito presentes na História do Brasil. Desde as rebeliões dos escravos, as lutas operárias, ligas

camponesas, até o MST, a luta pela democracia, Os Sem-Teto e muitos outros. Para entender a multiplicidade e ações específicas dos movimentos sociais populares e suas conseqüências, repercussões ou resultados nas últimas trinta décadas no Brasil, é necessário compreender parte da complexidade dos movimentos sociais. As lutas indígenas, negros e mulheres, os sem-teto e sem-terra, os portadores de deficiências, movimentos humanitários, culturais e ecológicos, manifestações operárias e políticas poderão ser compreendidos a partir das ações antagônicas ao capitalismo, mesmo assumindo, cada um desses atores coletivos, sua estratégia peculiar de organização e de luta.

Os movimentos sociais populares, expressando as contradições da sociedade capitalista, estão relacionados ou mediados, com as contradições de classe. Daí os movimentos serem fatos minimizados, justamente por mobilizarem a população em várias partes do país. Em sua maioria foram e até mesmo são violentamente reprimidos pelas forças dos governos. A memória histórica tem sido descaracterizada para dar lugar a uma visão de que quem dispõe de condições e de capacidade para dirigir e governar são sempre minorias proprietárias e elites intelectualizadas, monopolizadoras dos meios de comunicação e informação - mentalidade que permanece até os dias atuais e só contribui para manter a acomodação e o autoritarismo.

Segundo Betinho, em sua obra *Como se Faz Uma Análise de Conjuntura* enfatiza que

“existem duas leituras possíveis dos acontecimentos e dois modos diferentes de ler a conjuntura: a partir da situação ou do ponto de vista do poder dominante (a lógica do poder), e a partir da situação ou do ponto de vista dos movimentos populares, das classes subordinadas ou da oposição do poder dominante”. (SOUZA. 1984, p.15)

Os meios de comunicação, na forma em que existem hoje, dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo. Com isso, a situação é

delicada para os movimentos sociais, cada vez mais criminalizados pelo pensamento único da Grande Mídia.

Mas, ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, através dos meios midiático, enquadra os fatos como acontecimentos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de idéias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social.

A mídia torna-se também cada vez mais importante influência no processo de criminalização dos movimentos sociais, enquanto instância de controle informal. Este meio ideológico, em geral, busca desqualificar, ou ainda, "satanizar" as ações dos movimentos, colocando-os como algozes, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. Acontece um descredenciamento dos movimentos sociais, apresentando-os como grupos subversivo-revolucionários, arruaceiros, desordeiros e criminosos, muitas vezes com teor terrorista. A denúncia distorcida e as falsas acusações tornam-se atualmente as atitudes mais comuns que a grande mídia utiliza para "demonizar" os movimentos sociais, tratando-os como insignificantes, irresponsáveis, que atentam contra as leis do mercado e trazem prejuízos para a economia e a ordem pública. Irados editoriais, grandes manchetes, fotos provocadoras, notícias exageradas, produções novelistas, literárias, colunas e o jornalismo tendencioso buscam fazer constantes críticas aos movimentos sociais, tratando-os de subversivos, revolucionários entre outros "títulos" ora dados. Substitui a notícia das razões das manifestações pelos confrontos com a polícia. Conhece-se um movimento a partir do confronto. Os movimentos sociais só tornam-se notícias quando a polícia entra em confronto com eles. É por isso que muitos os rejeitam sem conhecê-los. Por outro lado, o discurso da manutenção da ordem social e a ideologia dominante retransmitido pela mídia fazem esconder as injustiças sociais, a concentração de renda, as desigualdades sociais e a manutenção do poder e do sistema capitalista.

Diga-se hoje no Brasil, o papel da imprensa na divulgação dos movimentos sociais é bastante recente, destacando-se principalmente nas duas últimas décadas do século XX, que vem enquadrando os movimentos sociais nas seus noticiários vinculados a eventos rotineiros perturbadores da ordem. Nota-se principalmente a incansável procura pela deformação do MST. Esta atribuição de estereótipos aos movimentos sociais, de certa forma, retira a culpa daqueles que detêm o poder. Tendo em conta que uma das representações do poder se dá por meio do discurso, transmitida aos sujeitos sociais pela mídia. Marx, ao afirmar que a comunicação somente é alcançada quando se torna práxis social, contrapõe-se a poderosa mídia, que se considera “formadora de opinião política, econômica, social, cultural” determinando, com seu poder, o que devemos pensar, sentir e falar. Sua relação com os movimentos sociais é um dos fatores de deslegitimação dos mesmos e um instrumento do capitalismo para a retomada do projeto neoliberal no Brasil. Assim, se apresenta uma verdadeira intimidação cultural e social sobre as grandes majorias. Levam-nos à interiorização da ideologia deste pensamento único, consumista e neoliberal, nas consciências das populações. E todo este gigantesco poder da mídia está, por inteiro, nas mãos do grande capital transnacional.

Os movimentos sociais não são meramente abstratos. Eles são constituídos por sujeitos: homens e mulheres. A mídia, ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos nele inseridos. Um dos efeitos mais terríveis do neoliberalismo brasileiro tem sido o que Marilena Chauí chama de “esfacelamento dos movimentos sociais e populares” que foram os grandes sujeitos históricos e políticos dos anos 70, 80 e 90 e continuam sendo até hoje. O expediente de criminalização e as práticas de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra revelam o caráter de um Estado ainda preso a um modelo social e político autoritário que, de um lado relaciona entre os seus objetivos e fundamentos: a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e da marginalização. E de outro, mantém os seus excluídos afastados das políticas públicas que deveriam assegurar aqueles mesmos fundamentos e, o que é pior, usa para isso o direito penal como resposta para contenção das demandas sociais.

Embora muitos movimentos sociais tenham lutado com o intuito de promover transformações na realidade de desigualdades sociais que o país ainda enfrenta, a força burguesa utiliza-se das estruturas do Estado e da mídia de grande porte para manter esta situação de dominação de classes. O atual processo de criminalização dos movimentos sociais está pautado no discurso neoliberal de manutenção da ordem.

Atualmente a chamada “grande mídia” continua operando de forma camuflada, mas sob outro foco: não apenas de reproduzir a ideologia política do Estado, mas sob domínio da propaganda e defensiva da ideologia dominante e subordinada a lógica do mercado.

## **CONCLUSÃO**

Os movimentos de organização popular têm sido considerados, como elementos e meios de inovações e transformações sociais. Lutam pelo respeito a direitos sociais básicos, elementares, relativos à própria condição humana. É a luta pela construção de um projeto nacional, de uma sociedade justa e fraterna, levando em conta as necessidades populares, colocando como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

Por outro lado, sua criminalização torna-se uma arma manipulada por poderosos agentes da sociedade e do estado, principalmente através do uso da mídia.

Os Estudos Culturais entendem, inicialmente, a cultura como o lugar em que se naturalizam e se constituem as desigualdades sociais. Atualmente, essa desigualdade é explicitamente vista, cada vez mais, na luta pela hegemonia, ou seja, meio pelos quais os diferentes grupos subordinados opõem resistência a essa subordinação.

Por isso é necessária uma reação em conjunto dos movimentos e da sociedade civil organizada para contrapor-lhe, não só os efeitos, mas sobretudo as causas que o alimentam.

A democratização dos meios de comunicação será a via mais rápida para por fim a conflituosa relação entre mídia e movimentos sociais que se arrasta no Brasil, principalmente nestas últimas décadas. Porém dentro do contexto da globalização, das desigualdades sociais e da grande concentração dos meios

de comunicação, uma definição de mídia alternativa só faz sentido como contraponto, ou no sentido gramsciano, contra-hegemônico, a uma situação de exclusão e de busca de transformação. O conflito situa-se entre as ações coletivas deliberadas que buscam a transformação da sociedade que são os movimentos sociais e a mídia tradicional sob o monopólio dos setores detentores do poder, com interesse de manter uma realidade que lhe beneficia e lhe é lucrativa. Sendo assim, a relação entre a mídia alternativa e os movimentos sociais define um processo de comunicação alternativa.

Ela corresponde à organização material do mundo dentro de um contínuo processo de pressão e oposição. Esta pressão e oposição à hegemonia garantem o fortalecimento e desenvolvimento do processo democrático. Elas se expressam na sociedade nas mais variadas formas. Dentro da área midiática podemos citar algumas iniciativas de inclusão social existente – que passam pela capacitação dos sujeitos sociais no exercício da cidadania: inclusão digital, produção de material midiático alternativo – jornal comunitário, rádio comunitária, etc. A disseminação de conhecimentos gerados dentro das diferentes realidades locais, a comunicação e atuação política dos movimentos sociais, a comunicação da comunidade e pela comunidade representam a garantia do direito à comunicação, são formas de pressão e de oposição à ideologia, formas de divulgação da pluralidade cultural e de olhares a respeito dos mais diferentes assuntos.

A mídia alternativa como aquela “que não é tradicional”, talvez seja a definição mais simplória, pois há dificuldades em definir pelo fato desta ser ampla e generalizada. Deve ter por princípio selecionar e divulgar os fatos na perspectivas e interesses e ideais dos movimentos sociais, levando a uma tomadas de posição da sociedade. Porém, é o melhor meio comunicativo dos movimentos sociais, pois os privilegia sobre as instituições. Deve se originar e se perpetuar a partir do esforço coletivo e da consciência política das pessoas e do grupo. A mídia alternativa, por sua vez, objetiva a conscientização e a transformação social e política, a luta pela cidadania, o apontamento das causas de problemas sociais e políticos e a indicação das possíveis ações , soluções e decisões a serem tomadas.

Para Cicília M. Peruzzo, *comunicação popular* é “meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação

cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida [...]. A comunicação popular tem como protagonistas o próprio povo e/ou organizações e pessoas e ele ligadas organicamente” (1998: 125 e27).

A mídia alternativa deve manifestar-se entrando em contradição com os valores e princípios de classes dominantes e predominantes e lutam para obter um novo consenso em torno de novas idéias relativamente estáveis. Jornais e revistas populares, rádios comunitárias, emissoras televisivas de cunho social, de forma mais massiva, internet. É a mídia alternativa dos movimentos sociais, que atua como instrumento de ação contra a hegemonia do capital, da concentração de renda e da desigualdade social, em busca de transformação política, econômica e social na sociedade.

No Brasil, recentemente, as novas práticas comunicativas evidenciam um processo crescente de democratização dos meios de comunicação de massa, com maior uso das tecnologias de comunicação (rádio, televisão, Internet, etc.) pelos movimentos sociais, organizações populares e ONGs.

Para tanto, entende-se que a mídia somente cumpre seu papel social na medida em que informa a sociedade e não deforma a realidade, exercendo a influência na leitura que fazemos desta realidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ADORNO & HORKHEIMER *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 1985.
- ALTHUSSER, Louis *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. IN ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVAREZ, Sônia; E.DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (organizadores) *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda *Filosofando: Introdução a Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- BARBERO, Jesus Martin. *Dos Meios às Mediações*. Editora UFRJ, RJ. 2003.
- CHAUÌ, Marilena *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- GRAMSCI, Antonio *Concepção dialética da história*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasiliense, 1986.
- GRAMSCI, Antonio *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos Movimentos e das Lutas Sociais*. 3ª ed., São Paulo: Loyola, 1995.
- GOMES, Pedro Gilberto. *A Filosofia e a Ética da Comunicação na Midiatização da Sociedade*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HOBBSAWM, Erick J. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia.das Letras, 1995.
- LAKATOS, Eva Maria *Sociologia Geral*. São Paulo, Atlas, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo. Hucitec, 1984.
- MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt – luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- PERUZZO, Cicília Maria Krolhling *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. Petrópolis/Vozes, 1998.

SOUZA, Herbert José de (Betinho) *Como se faz Análise de Conjuntura*, Petrópolis/Vozes, 1984.

THOMPSON, E. P. *Tradição, Revolta e Consciência de Classe*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 9ª ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.